



MORAL E ARTE LITERÁRIA NO SÉCULO XIX: O ROMANCE SOB SUSPEITA

Andréa Correa Paraiso Müller (UEPG)

RESUMO: Neste artigo, temos por objetivo investigar a leitura literária no século XIX a partir de um dos mais importantes critérios de avaliação artística daquele período, a moral. Orientando-nos pela perspectiva da História da Leitura, realizamos pesquisa de fontes primárias que demonstrou que a moral fazia parte da concepção de literatura predominante no século XIX: acreditava-se que os textos eram capazes de influenciar o comportamento dos leitores. O romance era considerado particularmente perigoso por atingir um público mais amplo, que incluía mulheres, jovens e trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: século XIX, moral, romance

MORAL AND LITERARY ART IN THE 19th CENTURY: THE NOVEL UNDER SUSPICION

ABSTRACT: In this paper, we aim to investigate literary reading in the 19th century, focusing on one of the most important criteria for art and literature criticism in that period: morality. Under the perspective of the History of Reading, we made a research using primary sources that showed that morality was part of the 19th century idea of literature: texts were supposed to change readers' behavior. The novel was considered particularly dangerous because it was appreciated by a larger public that included women, young people and workers.

KEYWORDS: 19th century, morality, novel



Introdução

É fato amplamente conhecido dos que se interessam por literatura que um dos romances oitocentistas hoje mais consagrados, *Madame Bovary* (publicado na *Revue de Paris*, em 1856, e em livro, em 1857), do francês Gustave Flaubert, foi alvo de um processo judicial por ofensa à moral pública, à religião e aos bons costumes. As edições atuais mais cuidadosas da obra costumam, inclusive, trazer reproduzidos o requisitório e a defesa do processo.

Certamente parece estranho aos olhos dos leitores deste início do século XXI levar um escritor ao tribunal por imoralidade. Talvez se afigurassem ainda mais surpreendentes aos nossos leitores atuais as reações de grande parte dos críticos literários contemporâneos de *Madame Bovary*, que fizeram restrições ao romance por considerá-lo imoral e não recomendaram sua leitura por julgá-la capaz de induzir comportamentos reprováveis.

As análises literárias que fazemos hoje não costumam recair sobre o caráter edificante ou perversor de um texto. Em meados do século XIX, no entanto, quando Flaubert publicou seu hoje célebre romance, os critérios de avaliação de textos literários eram diferentes dos atuais. A capacidade de moralizar os leitores, instruindo-os e incutindo-lhes retidão de pensamentos e de atitudes era um dos principais parâmetros para julgar a qualidade de uma obra.

O caso de *Madame Bovary*, apenas um entre inúmeros no século XIX, provoca-nos a refletir sobre a leitura no Oitocentos a partir de critérios da própria época. Compreender de forma mais aprofundada o funcionamento do universo literário oitocentista requer que se leve em conta a visão de literatura predominante no período, que se atente para um dos principais critérios que norteavam a crítica e a produção literárias de então: a moral.

Critérios semelhantes já eram empregados na arte muito antes; entretanto, no século XIX, a moral como padrão de avaliação artística adquiriu



características muito específicas, e o advento do gênero romanesco enriqueceu ainda mais a questão.

A crença na influência da literatura sobre os costumes

Empregar a moral como critério de avaliação artística implica uma crença corrente em meados do século XIX e em períodos anteriores: a de que a literatura era capaz de influenciar o comportamento dos leitores. Por isso, eram considerados tão perigosos os textos que apresentavam exemplos vistos como reprováveis, como o adultério de Emma Bovary: podiam corromper os leitores, levando-os a imitar esses exemplos ou a aceitar a conduta das personagens.

Sendo, pois, a literatura capaz de influir sobre a vida de seus leitores, influenciar comportamentos e hábitos e fomentar posicionamentos, as discussões sobre livros não interessavam apenas a escritores e críticos. No século XIX e anteriores, não era raro que a literatura fosse assunto também de médicos, magistrados e religiosos.

A Igreja Católica procurou, durante séculos, controlar as leituras de seus fiéis. O *Index Librorum Prohibitorum*, instuído no século XVI e vigente até 1966 (AMADIEU, 2010, p. 15), relacionava periodicamente os livros que os católicos não deveriam ler. A lista ocupava-se, preferencialmente, de obras filosóficas, científicas e teológicas que contrariavam os dogmas e preceitos da Igreja; porém, no século XIX, quando o romance começou a popularizar-se, exemplares do gênero passaram a figurar no rol dos livros vetados aos católicos. O decreto de 20 de junho de 1864 continha inúmeros romances; autores hoje célebres e outros atualmente quase desconhecidos, mas populares na época, tiveram suas narrativas proibidas: Victor Hugo, Frédéric Soulié, Stendhal, Ernest Feydeau, Champfleury, George Sand, Flaubert e Balzac, entre outros, figuraram no decreto.

A Igreja não era a única instituição a proibir livros. O Ministério Público francês também posicionou-se contra diversos escritores no século

XIX. O processo sofrido por Flaubert, ao qual aludimos na Introdução deste trabalho, não constituiu fato raro na sociedade Oitocentista. Em meados do século XIX, não era uma situação incomum uma obra literária ser alvo de processo judicial, principalmente na França. No mesmo ano em que Flaubert foi levado ao tribunal, 1857, Baudelaire lançou o livro de poemas *Les fleurs du mal* e foi processado sob a mesma acusação imputada ao autor de *Madame Bovary*: ofensa à moral pública, à religião e aos bons costumes.

Até mesmo Barbey d'Aurevilly, escritor católico e tido por conservador, foi processado, acusado de ofender a moral pública em *Les Diaboliques*, recolha de novelas publicada em 1874. Yvan Leclerc, especialista em literatura Oitocentista, atribui o grande número de processos impetrados a obras literárias no século XIX a uma visão dominante no período segundo a qual a literatura tinha a obrigação de ser mais moral do que a própria sociedade (LECLERC, 1991, p. 18).

A maior parte das obras processadas na França foi acusada de “ofensa à moral pública e religiosa e aos bons costumes”. Leclerc observa que a expressão “moral pública” não tinha um sentido preciso. Aparecera pela primeira vez no texto de uma lei de 17 de maio de 1819, que determinava que todo ultraje à moral pública por meio de escritos, impressos, gravuras ou cartazes deveria ser punido com prisão e multa. Foi com base nessa lei que tantos processos foram movidos, na França, contra escritores (LECLERC, 1991, p. 19). O texto jurídico deixava claro quem deveria ser punido em caso de ultraje à moral pública e religiosa: não apenas o autor, mas também todos aqueles que tivessem contribuído para a circulação e divulgação de escritos considerados ofensivos. O que não ficava claro era o conceito de “moral pública”.

Segundo Yvan Leclerc, os termos “moral pública” e “moral religiosa” praticamente se equivaliam, sendo difícil compreender a moral e a sociedade do século XIX francês, sobretudo da primeira metade, sem levar em conta a religião, que incluía a imagem de um Deus pronto a sancionar ou a punir as ações humanas. O pesquisador lembra que, em meados do século XIX, sob o



Segundo Império, o poder político, embora baseado em “instâncias laicizadas”, tinha no cristianismo uma espécie de “legitimação ideológica”. Já a ofensa aos bons costumes era uma restrição do sentido mais amplo e geral de ofensa à moral pública: referia-se aos ataques ao pudor empreendidos pelos escritos obscenos (LECLERC, 1991, p. 23-27).

Cabe ressaltar que a moral não era um parâmetro empregado apenas no terreno jurídico. Os críticos literários, que não tinham o poder de censurar ou proibir obras, mas podiam julgar seu valor artístico, também tinham na moral um dos mais importantes critérios de avaliação. Para julgar a qualidade de uma obra literária em meados do século XIX, não bastava ao crítico considerar as características do estilo ou da trama; era preciso levar em conta o teor moral do texto. O valor de uma obra dependia fortemente da influência que ela poderia exercer sobre seus leitores, dos ensinamentos que transmitia a eles. E, assim como a expressão “moral pública” possuía significação vaga e elástica no discurso jurídico, também o termo “moral” não tinha uma definição precisa no discurso da crítica literária. Enquanto muitos homens de letras o utilizavam referindo-se estritamente a situações ligadas ao comportamento sexual e às relações conjugais e familiares, outros estendiam-no a questões políticas.

Em 1842, Gaschon de Molènes publicou na *Revue des deux mondes* um artigo denominado “Les romans nouveaux”, em que avaliava romances recém-lançados, entre eles *Mémoires de deux jeunes mariés* (*Memórias de dois jovens esposos*), de Balzac. O crítico considerava esse romance imoral e estendia o julgamento às demais obras do autor:

O autor da *Fisiologia do casamento* dá às suas obras um tipo de imoralidade que lhe é particular, e da qual eu o acreditaria o inventor. Não é aquela imoralidade leve, de superfície, [...] é uma imoralidade pedante, erudita, quase desconhecida das pessoas do mundo, aquela que os gostos doentios dos colegas desenterram no fundo dos tratados de medicina (MOLÈNES, 1842, p. 979-980. Tradução nossa).

Após apresentar o enredo do romance, apontando a imoralidade nas personagens e na história narrada, Molènes concluiu que o romance de Balzac corrompia e degradava os sentimentos. Também no que se refere ao estilo, *Mémoires de deux jeunes mariés* foi reprovado: “Quanto ao estilo, é difuso, violento e cheio de expressões fabricadas e imagens incoerentes” (MOLÈNES, 1842, p. 985). A resenha de Molènes pautava-se basicamente em dois critérios: moral e estilo. Entretanto, este último parece ter um peso menor que o primeiro, a considerar pelo número de páginas que o crítico dedicou a cada um dos aspectos. A resenha do romance de Balzac ocupa seis páginas e meia (da 979 até o início da 986); destas, cinco e meia foram dedicadas à discussão a respeito do teor moral do livro, enquanto apenas meia página foi reservada à avaliação do estilo.

Na maioria dos textos críticos veiculados em periódicos de meados do século XIX, a moral ocupava o mesmo espaço privilegiado que lhe foi concedido no texto de Molènes. A forma, embora não fosse desconsiderada no discurso dos críticos, não era determinante na avaliação de um texto. Para que a leitura de uma obra fosse recomendada, era preciso que ela fosse moral, ou, ao menos, que não ferisse a moral. Textos bem escritos, porém tidos como imorais, não podiam ser considerados bons ou recomendáveis. O professor e filósofo Antonin Rondelet argumentava que quando as obras “falavam contra o dever”, a beleza da sua forma não bastava para apagar a imoralidade que estava na sua concepção (RONDELET, 1863, p. 532).

A moral era critério de avaliação de composições literárias de todos os gêneros. Todavia, entre as obras que sofreram processos judiciais por atentado à moral na França no século XIX, a maior parte eram romances, segundo os estudos de Yvan Leclerc (LECLERC, 1991, p. 30). Em meados do século XIX, portanto, o romance, apesar de cada vez mais difundido, ainda era um gênero sob suspeita. Autoridades e críticos literários temiam de modo particular a leitura de romances por mulheres, jovens e membros das camadas populares. Essas parcelas da população eram consideradas mais vulneráveis à influência



da literatura; representavam, aos olhos dos que ocupavam posições de poder, um perigo maior se se deixassem influenciar pelo que liam.

Romance: um gênero sob suspeita

O século XIX viu o romance ser progressivamente aceito no terreno das belas-letas. Entretanto, antes de sua consolidação, as narrativas ficcionais em prosa foram, por muito tempo, vistas como escritos menores, frívolos, sem qualidade artística. O gênero romanesco chegou ao século XIX carregando as marcas de uma trajetória de polêmicas.

Se a leitura, de modo geral, foi vista, em vários momentos de sua história, como algo nocivo, o que não dizer do caso particular do romance, gênero desprovido de origens nobres, sem formas pré-estabelecidas e em constante modificação? As leituras religiosas e a das chamadas belas-letas podiam ser justificadas por buscarem promover, respectivamente, o aprimoramento do espírito e a formação do estilo (ABREU, 2003, p.273). As narrativas romanescas, no entanto, não tinham finalidade aparente, necessitando, segundo Antonio Candido, de uma justificativa dupla: “com relação aos escritos religiosos e filosóficos, enquanto literatura; e com relação à literatura, como sublitteratura” (CANDIDO, 2006, p. 100).

No século XIX, o romance foi conquistando cada vez mais leitores e defensores. Aos poucos, foi firmando seu lugar no terreno das belas-letas e adquirindo, junto aos letrados da época, a aceitação que já obtivera por parte do público leitor. Entretanto, ainda havia, sobretudo entre os religiosos, quem o acusasse de leitura inútil, causadora de desperdício de tempo. Os detratores do romance acreditavam que ele era particularmente nocivo às mulheres, vistas como mais voltadas à fantasia e à imaginação e, por isso, mais influenciáveis, portanto mais vulneráveis aos efeitos da leitura. Temia-se que, enlevadas pelas leituras romanescas, as mulheres viessem a desviar-se da função que a sociedade lhes reservava, o que interferiria na vida familiar e, conseqüentemente, na esfera social.



Um episódio ocorrido na França em 1840, conhecido como “affaire Lafarge”, ilustra bem a que ponto chegavam as preocupações acerca da influência da leitura de romances, especialmente sobre as mulheres. Em agosto de 1839, uma jovem chamada Marie Cappelle casou-se, por arranjo da família, com Charles Lafarge, homem supostamente rico, que, na verdade, passava por dificuldades financeiras e casara-se com ela interessado apenas em seu dote. Vivendo em uma propriedade praticamente em ruínas, a moça decepcionou-se e passou a sentir-se entediada. No início de 1840, cinco meses depois do casamento, o Sr. Lafarge veio a falecer. Sua esposa foi acusada de tê-lo envenenado. Especialistas declararam ter encontrado arsênico no organismo do morto. Marie Cappelle-Lafarge foi presa, e o caso tornou-se o assunto do momento na França. As especulações e comentários da imprensa incluíam as leituras da ré – romances, em sua maioria –, que poderiam tê-la incitado ao crime. Um exemplar de *As memórias do diabo* (1837-1838), romance do popular folhetinista Frédéric Soulié, que havia saído recentemente em livro, teria sido encontrado aberto no quarto de Marie no momento de sua prisão. Condenada à prisão perpétua e a trabalhos forçados, Madame Lafarge não abandonou sua paixão pela literatura: com o objetivo de defender-se, redigiu, na prisão, suas *Memórias*, nas quais falava de suas leituras e relatava sua juventude, seu casamento e o processo. A publicação dessa narrativa, no entanto, de nada serviu na defesa da condenada; ao contrário, reacendeu o escândalo e fez com que a imprensa especulasse novamente sobre o caso.

Os romances lidos por Marie Lafarge a teriam influenciado a ponto de levá-la a assassinar o marido? Alfred Nettement, crítico ferrenho dos romances-folhetins, advogou essa ideia em seu livro *Études critiques sur le feuilleton-roman*, publicado em 1845. Jornalista e membro da Assembleia Legislativa, Nettement era de inclinação legitimista, ou seja, defendia a volta da dinastia Bourbon ao poder e opunha-se às transformações sociais e políticas ocorridas na França desde a Revolução Francesa. Associava o romance-folhetim, em plena ascensão naquele momento, à conjuntura política



de seu país, reprovando a ambos. Para o crítico, o romance moderno era imoral, pois mostrava o triunfo do vício e a humilhação da virtude, situação que seria o reflexo do que ocorrera após a queda da Bastilha: a virtude aviltada seria, na concepção de *Nettement*, Luís XVI, enquanto o vício triunfante estaria representado pelos revolucionários.

Com esse ponto de vista sobre a literatura de seu tempo, *Nettement* analisou três romances que vinham obtendo grande sucesso junto ao público: *O judeu errante* (1844-1845) e *Mistérios de Paris* (1842-1843), de Eugène Sue, e *Memórias do diabo* (1837-1838), de Frédéric Soulié. Nos capítulos dedicados a este último, abordou o caso Lafarge, culpando o romance de Soulié pelo crime supostamente cometido por Marie Lafarge.

O discurso de *Nettement* deixa transparecer um forte tom de acusação. Ao resumir o enredo de *Memórias do diabo*, o crítico procurou salientar que as personagens virtuosas eram sempre infelizes e desprezadas, enquanto aquelas que adotavam um comportamento reprovável estavam, com frequência, rodeadas de glória. Deteve-se, de modo especial, na personagem Nathalie Firion, que poderia ter inspirado o suposto crime de Marie Lafarge. No romance de Soulié, Nathalie era uma jovem rica que se casara acreditando ser sinceramente amada por seu noivo. Na noite de núpcias, porém, descobriu que ele passava por dificuldades financeiras e casara-se com ela interessado em sua fortuna. Decepcionada, acabou por matá-lo despejando veneno em seu copo de vinho. Ninguém desconfiou da jovem viúva, e ela passou a viver como baronesa de ***, cercada de respeito e consideração. *Nettement* comparou a personagem a Marie Lafarge, insinuando que a leitora pudesse ter imitado a personagem. O crítico sustentava que, ao ler o romance de Soulié e deparar-se com esse e outros exemplos reprováveis, nos quais a má conduta era recompensada, não apenas Marie Lafarge, mas qualquer mulher íntegra, porém “de cabeça romanesca”, acabaria por deixar-se influenciar:

Eis uma mulher de cabeça romanesca, de caráter íntegro e resoluto, Mme. Lafarge, por exemplo, que lê as *Memórias do Diabo*. [...]

Quais poderiam ser as ideias dessa mulher durante essa leitura? Há, no espetáculo dessa impunidade do crime, coroado de todos os dons da fortuna e gozando de todas as vantagens da consideração, diante da virtude sempre infeliz, sempre diminuída, sempre desprezada, algo para recolocar essa mulher no caminho do dever, para barrar o mau pensamento que nasce em seu coração, para fazer cair de suas mãos o veneno que ela segura? Ela hesitava ainda; quem nos dirá se essa impunidade prometida ao crime não a decidiu? [...] Então o processo que se desenrolava na consciência dessa mulher foi decidido; o mal a levou; ela abriu a mão e o veneno caiu na bebida (NETTEMNT, 1845, p.406-409. Tradução nossa).

É preciso destacar que Nettement não se limitou a incriminar *Memórias do diabo*; sua acusação estendia-se às leituras que Marie Lafarge, em suas *Memórias*, revelou ter feito e, de modo mais geral, ao romance daquele período. Com o intuito de denegrir os romances-folhetins, utilizou-se do caso Lafarge para tentar provar a influência nefasta do que ele classificava como “literatura imoral”. E concluiu que, assim como o arsênico foi o veneno que levou à morte Charles Lafarge, o romance moderno, ou “romance imoral”, foi o veneno que corrompeu Marie Lafarge e a fez criminosa:

E quando, nesta análise psicológica e moral, a presença do romance se revela por toda parte, nos sentimentos, nas ideias, nas palavras, nos atos de madame Lafarge; como, na análise química, o arsênico se encontrava nas bebidas e em todas as partes do cadáver de seu marido, ainda perguntam-nos que influência o romance imoral da escola moderna pode exercer sobre a corrupção desse coração e dessa inteligência! (NETTEMENT, 1845, p. 353-354. Tradução nossa).

Em 1847, Nettement publicou um segundo volume de seus *Études critiques sur le feuilleton roman*, no qual continuou a desenvolver sua teoria sobre os perigos do romance-folhetim para as mulheres e, conseqüentemente, para as famílias. Defendia que as mulheres que tinham sua imaginação exaltada pela leitura de romances desenvolviam uma “sede de emoções romanescas”, uma “febre do espírito e do coração que não encontra alimentos na vida ordinária” (NETTEMENT, 1847, p. 432. Tradução nossa). O romance fazia com que as mulheres se entediasssem com o ambiente doméstico e se



sentissem insatisfeitas com a vida que seus maridos tinham a lhes oferecer. Nettement dirigia-se aos maridos, a fim de alertá-los sobre os perigos de permitir que suas esposas lessem romances. As mulheres se sentiriam incompreendidas por homens tão distantes do modelo dos heróis folhetinescos. Desejando viver peripécias semelhantes às dos romances, elas desprezariam os cuidados e o carinho de seus maridos; a felicidade familiar lhes pareceria monótona:

Não sabeis, meu caro Ariste, a que isso vos expõe! Estais talvez às vésperas de vos tornar o marido de uma mulher incompreendida. Compreendeis o significado desta palavra? [...] Esse marido é o melhor dos maridos sem dúvida, um homem honrado, que todos estimam e respeitam, ele ama sua esposa, faz todos os esforços para torná-la feliz, mas não a compreende. [...]

Se cairdes nessa estranha infelicidade, de tornar-se o marido inteligente de uma mulher incompreendida, eu lamento por vós, do fundo do coração, meu caro Ariste. Experimentareis, com efeito, o maior sofrimento que um homem pode experimentar, o de descobrir que se tornou incapaz de fazer a felicidade da mulher que ama. [...]

Ora, quereis que eu vos diga, Ariste, o que é um marido que não compreende sua esposa? É um marido que sua esposa não ama mais. [...] Eis pois o resultado para o qual caminhais pela leitura de romances-folhetins! (NETTEMENT, 1847, p. 436-438. Tradução nossa)

Perturbadas pelas ilusões das más leituras, as mulheres ver-se-iam diante de dois caminhos: buscar no adultério as emoções e fantasias dos romances-folhetins ou viver constantemente infelizes. Em qualquer das duas possibilidades, fariam a infelicidade de seus maridos e prejudicariam a família. Curiosa e interessante é a semelhança entre a mulher leitora de romances e Emma Bovary e entre o marido da leitora e Charles Bovary, personagens do romance de Flaubert processado por imoralidade. *Madame Bovary* só viria a ser publicado quase dez anos após o surgimento do livro de Nettement, mas Flaubert, que começou a redigir seu romance em 1851, parece ter-se inspirado nas considerações do detrator dos folhetins para compor suas personagens. Não se pode esquecer, é claro, que a ideia da má influência dos romances sobre as mulheres e sobre o casamento era corrente na época, quase

um lugar-comum. No entanto, *Nettement* esboçou verdadeiros “tipos” para ilustrar essa ideia. E é impossível não notar a semelhança deles com a “incompreendida” Emma e seu marido Charles.

Em outro capítulo, *Nettement* dirigiu-se também aos pais de moças solteiras, aconselhando-os a impedir que suas filhas lessem romances-folhetins, perigosos venenos que adentravam os lares todos os dias com os jornais:

Uma única questão, por favor: se conhecêsseis um homem capaz de perturbar o espírito e de estragar o coração de vossa filha, vós o convidaríeis a ir todos os dias a vossa casa [...]? Não; afastaríeis esse homem a qualquer preço; por nada no mundo desejaríeis deixá-lo respirar o mesmo ar que vossa filha. E vós recebeis todos os dias um jornal que pode exercer sobre o espírito dela essa deplorável influência e que é bem mais difícil de vigiar! Deixais o veneno introduzir-se por meio do rodapé de uma folha periódica, e introduzir-se todos os dias! (*NETTEMENT*, 1847, p. 462. Tradução nossa)

Afinal, os romances eram mesmo tão perigosos no século XIX a ponto de interferir na vida conjugal e familiar e até de inspirar crimes? As mulheres eram seres tão influenciáveis assim, que se deixavam conduzir totalmente por suas leituras, sem nenhum senso crítico? Na verdade, *Nettement* e outros homens de letras do século XIX expressavam o receio e a desconfiança que havia diante da expansão da leitura e do acesso de novos grupos de leitores a um gênero recente e popular, o romance.

Não era apenas quando lidos pelas mulheres que os romances representavam riscos. Os rapazes também deviam evitar a influência funesta dos folhetins. Segundo *Nettement*, os romances afastariam os jovens dos estudos sérios, fazendo-os desejar uma vida mundana, tão cheia de emoções quanto a das personagens da ficção. Em vez de se tornarem homens respeitáveis, os jovens leitores de romances-folhetins acabariam no vício e na ociosidade.

As recomendações de *Nettement* estavam alinhadas, pois, à opinião daqueles que, de alguma forma, queriam manter as relações de poder



estabelecidas e acreditavam que as camadas populares, se lessem determinados romances, poderiam alimentar sonhos revolucionários. As mulheres, influenciadas pelas heroínas romanescas, corriam o risco de cometer adultério e de questionar, de algum modo, o poder dos maridos. Já os jovens, se seguissem o exemplo de certos protagonistas de romance, poderiam ser levados a contestar a autoridade paterna. Essas posições estão presentes também, e de maneira bastante clara, em uma obra posterior às de *Nettement*, o livro que obteve o prêmio da Academia de Ciências Morais de 1856 – *Du roman et du théâtre contemporains et de leur influence sur les mœurs*, de Eugène Poitou __, obra representativa de muitas das concepções correntes em meados do século XIX a respeito da relação entre moral e prosa romanesca.

A Academia de Ciências Morais e Políticas propôs um concurso para o ano de 1856, cujo resultado seria conhecido no início de 1857. Os concorrentes deveriam produzir textos que discutissem a seguinte questão: “Expor e apreciar a influência que pode ter tido na França, sobre os costumes, a literatura contemporânea, considerada sobretudo no teatro e no romance”. O ensaio de Eugène Poitou acima mencionado obteve o primeiro lugar e foi publicado no mesmo ano de 1857. Poitou era juiz da corte de Angers, cidade francesa situada no vale do rio Loire. O primeiro lugar no concurso faz crer que seu texto estava em conformidade com as concepções da instituição que o premiou. Tendo em vista que a Academia de Ciências Morais e Políticas fazia parte (e ainda faz) do Institut de France, órgão responsável por zelar pelas ciências e pelas artes no país, é possível, portanto, supor que as ideias de Poitou não destoavam do que poderia ser considerado um discurso institucionalizado, acadêmico sobre moral e romance.

A análise de Poitou concentrou-se nos romances e peças teatrais produzidos entre 1830 e 1855, uma literatura considerada por ele corrompida e corruptora. Na introdução de seu livro, reafirmou sua crença na capacidade da literatura de agir sobre as pessoas e sobre a sociedade. Segundo ele, em alguns momentos, a literatura deixava de apenas pintar os costumes para tentar reformá-los e difundir ideias; em lugar de divertir e polir os espíritos,

procurava doutriná-los. Tornava-se, assim, perigosa, transformando-se em instrumento de propaganda e em meio de revolução. Nesse sentido, os gêneros mais temíveis seriam o romance e o teatro, em razão de sua popularidade e de seu alcance. Abordando todos os assuntos e tornando-os acessíveis a todos os públicos, o romance tinha o potencial de “alterar as ideias morais de um povo” (POITOU, 1857, p. 9. Tradução nossa).

Deixando clara sua intenção de tratar da moral no teatro e no romance, Poitou estabeleceu, ainda em sua introdução, uma distinção entre moral privada e moral pública:

A moral pode ser vista sob duas grandes divisões: moral privada e moral pública – a primeira compreendendo os deveres do homem para com Deus, para consigo mesmo, e para com seus semelhantes enquanto indivíduos nas relações da vida privada; – a segunda compreende os deveres do homem para com a sociedade, para com os outros homens considerados como membros de uma mesma comunidade e nas relações da vida social e pública (POITOU, 1857, p. 12).

Ao abordar a moral privada, Poitou observou, em primeiro lugar, as ideias religiosas presentes na literatura. Para ele, o romance moderno disseminava concepções pagãs e profanava o nome de Deus, ou seja, contrariava os princípios do cristianismo, o que ele julgava altamente condenável.

Na visão do crítico magistrado, a literatura de seu tempo, além de nociva à religião, era particularmente prejudicial ao casamento. Proclamando a legitimidade da paixão, o romance e o teatro atacariam essa instituição, que Poitou considerava, ao mesmo tempo, moral e religiosa. A literatura produzida entre 1830 e 1855 pregaria a rejeição a todos os obstáculos à felicidade e à paixão. A finalidade da união matrimonial, nessa literatura, seria unicamente a realização do amor. Dessa forma, o adultério poderia ser absolvido e justificado quando o casamento fosse realizado por conveniência, sem amor. O crítico reprovava ferozmente Stendhal, para quem a fidelidade das mulheres era contra a natureza quando não havia amor. As críticas estendiam-se a Balzac, que teria desferido ataques ao casamento em *A pele de onagro*



(1831), *Fisiologia do casamento* (1829) e *Contrato de casamento* (1835). Seria, contudo, George Sand a influência literária mais nefasta para a instituição matrimonial, no entender de Poitou. Pregando a emancipação feminina, os romances da escritora apresentariam o casamento como algo odioso criado pelo homem para, com seu caráter despótico, explorar a mulher. Assim como *O judeu errante* (1844-1845), de Eugène Sue, os romances de George Sand, sobretudo *Jacques* (1834) e *Lélia* (1833), conteriam protestos contra a desigualdade entre homem e mulher e contra a submissão feminina na vida conjugal.

Na concepção de Poitou, a literatura de seu tempo, representada principalmente por George Sand, Balzac, Eugène Sue, Alexandre Dumas e Victor Hugo, era prejudicial à moral privada à medida que atacava os princípios da religião, da família e do casamento. Ao exaltar o amor como força capaz de justificar o adultério e de apagar os erros de um passado condenável (o crítico menciona as obras em que prostitutas são regeneradas por amor, como *Fernande* (1844), de Dumas, e *Splendeurs et misères des courtisanes* (1847), de Balzac) e ao defender a emancipação da mulher, os romances e peças teatrais analisados por Poitou se oporiam aos valores tradicionais da sociedade, representados pelo casamento e pela instituição familiar. Influenciando seus leitores, essas obras literárias poderiam originar transformações nas relações familiares e enfraquecimento da religião, consequências desastrosas na opinião do magistrado de Angers.

Poitou salientava que a literatura poderia influir sobre os costumes de duas maneiras: diretamente, pelos princípios e teorias que veiculava, e indiretamente, despertando o interesse por heróis e por ações louváveis ou indignas. O crítico apontou o modo indireto de transmitir ideias e influenciar os costumes como o mais eficaz, podendo ser também o mais perigoso quando se tratasse da má literatura. Esta última seria, segundo ele, “o veneno habilmente misturado a uma bebida agradável, e com o qual embriaga-se sem desconfiança” (POITOU, 1857, p. 110. Tradução nossa). É interessante observar que a metáfora da literatura como veneno adicionado a uma bebida



saborosa, presente também no discurso de *Nettement*, foi largamente empregada por detratores do gênero romanesco em períodos anteriores, marcadamente no século XVIII. Já os que defendiam o romance como gênero instrutivo e moralizador comparavam-no a um remédio adoçado. As duas metáforas estão ligadas à crença na capacidade da literatura de influenciar comportamentos e valores.

O juiz de Angers estendeu suas considerações ao domínio do que ele definia como moral pública. De acordo com ele, a literatura de sua época operava, no terreno da moral pública, a mesma subversão que produzia na esfera da moral privada. Assim como agredia a moral e a religião, atacava também, na opinião do crítico, a sociedade. Quando a literatura descrevia o casamento como uma instituição injusta e desigual, propunha, ainda que indiretamente, reformar a família. Ao pregar a emancipação feminina, questionava o casamento. Ao proclamar a supremacia do amor em detrimento das uniões arranjadas, defendia o direito dos jovens de escolher seus cônjuges e colocava em cheque a autoridade paterna. Questionando a religião, o casamento e a família, contestava a ordem social estabelecida. Por isso, determinadas obras eram tidas como tão perigosas aos jovens e às mulheres: podiam levá-los a enxergar sua própria condição sob novos ângulos e a fazer com que se revoltassem, operando, assim, transformações familiares e sociais. Eugène Poitou, juiz de posições conservadoras, considerava desastrosa essa situação. Para ele, a ordem social vigente deveria ser mantida, e uma obra literária que a ameaçasse era indiscutivelmente imoral. Várias tópicas exploradas pelo romantismo foram vistas por Poitou como invectivas contra a sociedade: a imagem do poeta vivendo miseravelmente, perseguido pelo poder; a valorização do amor; a exaltação da imaginação e da sensibilidade em detrimento da regra; a denúncia das injustiças sociais... O crítico condenou veementemente Eugène Sue, que, em romances como *Mistérios de Paris* (1842-1843) e *Martin, l'enfant trouvé* (1846-1847), abordava problemas sociais, como a desigualdade entre ricos e pobres, além de criticar a propriedade privada e a herança. Em síntese, Poitou acreditava que a



literatura que ele via como imoral levaria os jovens a recusarem a autoridade paterna, as mulheres a questionarem seu lugar na família e os pobres a revoltarem-se contra os detentores do poder.

A preocupação com as idéias revolucionárias, disseminadas por romances ou não, era comum em homens como Poitou, representantes de posições conservadoras em uma sociedade que, naquelas últimas décadas, havia passado por diversas reviravoltas políticas, assistido a diferentes revoluções. Diante de acontecimentos então recentes da história francesa, como as jornadas de junho de 1848 (quando os operários revoltaram-se contra os rumos do governo formado após a proclamação da república e foram duramente reprimidos pela Guarda Nacional, em um episódio sangrento do Oitocentos francês), Poitou alinhava-se aos que temiam o poder da literatura de fornecer as bases ideológicas para revoltas como essa. Lembremos que o livro do crítico e magistrado fora vencedor de um concurso promovido pela Academia de Ciências Morais e Políticas, instituição que, desde a repressão às revoltas de junho de 1848, estava imbuído da missão de restabelecer e preservar a “ordem moral” (MAYAUD, 2002, p. 2), ou seja, combater ideias contrárias ao poder estabelecido.

Dolf Oehler explica que o século XIX tinha tendência a entender o movimento da história como uma luta entre o bem e o mal. Após as jornadas de junho de 1848, “‘comunismo’ e ‘socialismo’ tornam-se sinônimos do mal, e os escritores e publicistas críticos da sociedade passam por seus precursores” (OEHLER, 1999, p. 43). A literatura e a filosofia foram colocadas sob suspeita por terem, supostamente, influenciado ideias que teriam levado à insurreição operária. E até mesmo autores que não eram socialistas foram tidos como semeadores dessas idéias.

O texto de Poitou deixava clara sua preocupação, em consonância com os propósitos da Academia de Ciências Morais, em afastar das mãos do povo toda literatura que pudesse alimentar ideais de reforma social, como os romances e as peças teatrais produzidos depois de 1830.

Muitos outros “defensores da ordem”, mais ferrenhos e radicais do que Poitou, levantaram-se contra essa literatura. É o caso de Menche de Loisne, para quem o “inimigo do gênero humano é a literatura francesa de 1830 a 1850” (MENCHE DE LOINE, 1859, p. 406), literatura essa que teria insuflado o povo a revoltar-se em 1848.

Diante, portanto, de expressões como “romance imoral” ou “literatura imoral” em documentos de meados do século XIX, é preciso ter em mente a amplitude e a diversidade de sentido que comportavam. A inquietação com a influência da literatura sobre o público podia, em muitos casos, ultrapassar o cuidado com os costumes dos jovens leitores e revelar preocupações de cunho mais especificamente político.

No Brasil, em cujas rodas letradas a moral também era critério de avaliação literária, a conjuntura política era, evidentemente, bastante diversa da francesa. De modo geral, a busca de moral nas obras literárias não se relacionava a uma possível capacidade destas de inspirar revoluções; referia-se, muito mais, aos comportamentos individuais, familiares e, em alguns casos, religiosos, como veremos a seguir.

Moral e romance no Brasil até meados do século XIX

O Brasil, embora fosse um país jovem, sem a longa tradição literária das nações europeias, não era alheio ao mundo das letras. Conquanto os leitores não fossem tão numerosos como em países europeus, havia aqui público para produções literárias, especialmente para a prosa de ficção. Antes mesmo que os primeiros romancistas brasileiros se aventurassem no gênero, romances estrangeiros difundiram-se por aqui, sobretudo franceses. Ao longo do século XIX, os brasileiros tiveram acesso aos exemplares de sucesso do romance francês, que circularam em nosso país tanto no idioma original quanto traduzidos.

Assim como as obras, o debate europeu acerca do romance também se fez presente no Brasil, repercutindo nos posicionamentos críticos de nossos



letrados, assim como na iniciante produção romanesca brasileira. A prosa estrangeira serviu, sem dúvida, de modelo aos nossos primeiros ficcionistas, e o pensamento da crítica europeia certamente orientou a visão de literatura e de romance dos homens de letras brasileiros. Seguindo uma concepção geral de literatura então vigente, predominou também no Brasil a crença na capacidade da literatura de influenciar seus leitores. Também aqui a moral foi tomada como critério de avaliação das obras. O tom moralizante dos romances europeus do século XVIII e início do XIX e a insistência de muitos desses romances na sua utilidade, como forma de fugir à reputação de escritos frívolos, muito provavelmente influenciaram a concepção de romance que se desenvolveu entre os primeiros críticos e escritores brasileiros.

O principal procedimento das críticas de romances publicadas no Brasil até pelo menos os anos 1860 foi a avaliação do teor moral das obras. A qualidade das narrativas era medida por sua capacidade de instruir e moralizar o leitor. Nos primeiros anos do século XIX, contudo, praticamente não houve discussões sobre o romance nos recém-fundados jornais brasileiros. Uma das primeiras críticas aqui publicadas foi veiculada sem assinatura no *Correio Braziliense*, em outubro de 1812, e referia-se à tradução portuguesa do romance francês *Atala ou os amantes do deserto*, de François René de Chateaubriand. O texto deplorava a inutilidade e a depravação da maioria das novelas publicadas na época, mas excluía desse contingente as que se baseavam “em princípios da verdadeira moral”, como seria o caso de *Atala*:

A imensidade de novelas que se tem publicado durante o século passado, e neste, a insipidez, a inutilidade, e muitas vezes depravação destas publicações, tem feito caracterizar esta sorte de publicações, como uma leitura somente própria de espíritos frívolos, e como um emprego inútil, quando não seja de consequências funestas para o leitor. Não entram porém nesta classe as novelas fundadas em princípios da verdadeira moral, e tendentes a inspirar no leitor as máximas de prudência, e as regras de conduta, que se incluem nas paridades, e emblemas, que divertindo o espírito, formam o

entendimento, e regem o coração [...] tal é Atala (CORREIO BRAZILIENSE, 1812, p. 2).¹

Atala ou os amantes do deserto, publicado na França em 1801, expressa uma visão extremamente positiva do cristianismo, opondo-se às concepções dos filósofos iluministas, sobretudo Voltaire, que criticavam o catolicismo e seu clero, no intuito de combater o fanatismo e o obscurantismo e denunciar os abusos das instituições. O autor da resenha do *Correio Braziliense* elogiava a obra por seu conteúdo moral e pela pintura positiva da religião.

Na primeira crítica a um romance brasileiro, uma resenha de *A moreninha* publicada na revista *Minerva brasiliense* em outubro de 1844, o jovem escritor Dutra e Mello ressaltava o caráter edificante do romance de Joaquim Manuel de Macedo, que residiria nos bons exemplos apresentados, úteis para a educação moral do leitor. No entanto, ao tecer considerações sobre o gênero romanesco em geral, lamentava que essa “educação do povo” viesse sendo esquecida:

[...] esqueceu-se de que devia fazer a educação do povo, ou pelo menos de que podia aproveitar o seu prestígio para isso. Penetrando na cabana humilde, na recâmara sumptuosa, no leito da indigência, no aposento do fausto, perdeu de vista o fanal que devia guiá-lo; deslembrou-se de levar a toda a parte a imagem da virtude, a consolação mitigadora, a esperança e o horror do vício (MELLO, 1844, *apud* AUGUSTI, 2000, p. 96).

As preocupações de Dutra e Mello irmanavam-se às preocupações dos críticos europeus a respeito do romance. A vocação popular e o grande alcance do gênero, capaz de penetrar tanto na “cabana humilde” quanto no “aposento do fausto”, inquietavam muitos homens de letras do velho continente, e se faziam notar também no livro de Eugène Poitou, doze anos mais tarde.

No ano seguinte à publicação da resenha de Dutra e Mello, uma outra crítica divulgada na mesma revista, dessa vez referente a um romance

¹ Nesta e em outras citações de críticas literárias publicadas no século XIX, transcrevemos o texto original, fazendo apenas a atualização da ortografia.



estrangeiro, abordava as relações entre moral e romance. Em artigo dedicado aos *Mistérios de Paris* (1842-1843), de Eugène Sue, o jornalista peruano que vivia no Brasil, Valdez y Palacios, expressava sua crença na força dos romances como instrumentos de educação do povo:

A leitura deste gênero de obras, generalizada na massa da sociedade, é talvez mais útil do que nenhum outro elemento de perfectibilidade, a que se recorre diretamente para se melhorar a condição humana. Instruir deleitando, é instruir profundamente sob as cores que mais surpreendem a fantasia e robustecem a consciência, e levando a alma a uma eminência donde vê flutuarem as paixões e as fraquezas, como em um oceano cuja amplitude toda está aberta a suas vistas; é a missão da filantropia literária [...] (VALDEZ Y PALACIOS, 1845, *apud* SILVA, 2009, p. 55).

O crítico partilhava da concepção de literatura e de romance predominante na época, na Europa e no Brasil: a literatura influenciava os leitores. Enxergava o romance, entretanto, de maneira bastante positiva, e, ao contrário de muitos críticos europeus conservadores, ele não via como perigosa a inclinação popular e o alcance do gênero. Ao contrário, afirmava que a leitura de romances era útil e ressaltava que ela se encontrava “generalizada na massa da sociedade”, o que deixa entender que ele considerava proveitosa essa presença da prosa ficcional. Elogiou entusiasticamente os *Mistérios de Paris* e recomendou sua leitura aos brasileiros, não apenas pelo deleite, mas, principalmente, pelo caráter instrutivo. Para Palacios, o romance de Eugène Sue, mostrando a “miséria da classe baixa” europeia, poderia fazer com que os brasileiros refletissem sobre a desigualdade social de seu próprio país. Ele defendia o poder de transformação social contido nos romances. Entendia os *Mistérios de Paris* como uma obra capaz de mostrar ao povo sua condição miserável, de conscientizar as massas da extrema desigualdade entre ricos e pobres e, assim, promover um sentimento de indignação que levaria à mudança.

É tentador traçar um paralelo entre a interpretação de Palacios para *Mistérios de Paris* e a de Eugène Poitou para o mesmo romance. Ambos

compartilhavam da visão segundo a qual a literatura influenciava. Ambos acreditavam que o romance de Eugène Sue falava às massas e podia levá-las a revoltarem-se, gerando uma transformação social. A grande diferença é que, para o conservador Poitou, isso era desastroso, e *Mistérios de Paris* era, portanto, um romance imoral, que não deveria ser lido pelas classes populares. Já para Valdez y Palacios, a possibilidade de mudança social era absolutamente positiva, e o romance de Sue era moral, totalmente recomendável às camadas populares. Enquanto para o crítico francês a imoralidade do livro em questão residia no seu caráter revolucionário, para o peruano, era justamente o oposto: a moralidade da obra é que advinha de seu caráter revolucionário. Esse paralelo permite compreender melhor que, embora na concepção de literatura que predominava na época, a moralidade fosse determinante para que uma obra pudesse ser recomendada (e isso praticamente não foi contestado até meados do século XIX), os critérios que levavam um crítico a considerar moral ou imoral um determinado texto dependiam, em larga escala, das posições ideológicas desse crítico.

A simpatia de Valdez y Palacios por romances reformadores está ausente da análise que o Cônego Fernandes Pinheiro publicou, em 1855, do romance *Vicentina* (1853), de Joaquim Manuel de Macedo. O texto deixa entender que o público de romances não era dos mais cultos, mas sim, de “cândida simplicidade”, necessitando, desse modo, ser instruído por meio da ficção, pois de outra forma talvez não conseguisse compreender algumas “verdades metafísicas”. O romance seria um “alimento de fácil digestão proporcionado a estômagos fracos”, já que nem todos os leitores possuíam o preparo intelectual suficiente para digerir os grandes gêneros, a alta cultura. A visão de romance que se depreende dessa crítica é a de um instrumento didático. Nem todos os exemplares do gênero, porém, eram capazes de cumprir essa tarefa educativa:

O romance é d'origem moderna [...]. É uma leitura agradável, e diríamos quase um alimento de fácil digestão proporcionado a estômagos fracos. Por seu intermédio pode-se moralizar e



instruir o povo fazendo-lhe chegar a conhecimento de algumas verdades metafísicas, que aliás escapariam a sua compreensão. [...]

Mas para que o romance produza os benefícios, [...] cumpre que ele saiba guardar as regras, que lhe são traçadas, que seja como uma colmeia de saboroso mel e não uma taça de deletério veneno. O povo em sua cândida simplicidade busca nele instruir-se deleitando-se: e quão negro não é o crime daquele, que abusando do seu espírito, das graças da linguagem, e das seduções da poesia propaga ideias funestas, que plantam a descrença n'alma, fazendo murchar uma por uma as flores da esperança, ou então tornando-se ainda mais culpável santifica o vício emprestando-lhe as cores da virtude (PINHEIRO, 1855, p. 17).

Vicentina, segundo Fernandes Pinheiro, era plenamente recomendável às moças, servindo-lhes como antídoto e proteção contra os venenos da sociedade. Em suma, era um bom romance por ser moral e instrutivo. Embora deixasse entrever um sutil menosprezo pelos romances, instrução facilitada para leitores incautos, o cônego não descartava a utilidade de certos exemplares do gênero, como *Vicentina*.

Havia, contudo, quem condenasse os romances de maneira geral, desaconselhando sua leitura em qualquer hipótese. Era o caso do frei beneditino pernambucano Miguel do Sacramento Lopes Gama. Em um ensaio publicado postumamente no *Correio Mercantil*, de 12 de janeiro a 20 de fevereiro de 1859, quase sete anos após a sua morte, o religioso atacava os romances, especialmente aqueles que, no seu entender, disseminavam o panteísmo e o racionalismo, contrariando os princípios da doutrina cristã. Fazia uma longa defesa dos valores do cristianismo, que não condiriam com as doutrinas disseminadas em muitos dos romances franceses de grande sucesso na época, como os de Eugène Sue e Balzac. Tais romances eram vistos pelo religioso como “produções efêmeras”, meramente comerciais que, mal traduzidas, circulavam no Brasil, corrompendo o idioma e os “corações da juventude”. Os pais, maridos e tutores deveriam, pois, supervisionar a leitura de seus subordinados e desaconselhar-lhes os romances, substituindo-os pela Bíblia:

Os romances são a leitura universal e têm-se tornado uma mania. [...] Já que não é possível, pois, acabar com essa peste, ao menos vós pais, vós maridos, vós tutores, vós todos a quem a Providencia confiou a guarda e direção da mocidade [...] não consintais que os que vos estão subordinados leiam sem prévio exame esses escritos insidiosos, que manso e manso vão infiltrando nos tenros e impressionáveis corações da juventude o veneno corrosivo da incredulidade, da indiferença religiosa e da santificação de todas as paixões (GAMA, 1859, p. 2).

O padre Lopes Gama ficou conhecido como “O Padre Carapuceiro” em razão do periódico fundado por ele no Recife, *O Carapuceiro* (1832-1842), no qual escrevia artigos polêmicos com críticas aos costumes brasileiros de então. Suas restrições aos romances eram veiculadas no periódico por meio de textos que condenavam as supostas imoralidade e inutilidade do gênero.

O frei brasileiro exprimiu concepções semelhantes às de muitos detratores europeus do romance, que apontavam, como principais danos da leitura de narrativas ficcionais pelas mulheres, o afastamento das tarefas domésticas e as ideias imorais advindas dos exemplos perniciosos. Os romancistas que classificou como imorais em seu ensaio publicado no *Correio Mercantil* (Alexandre Dumas, Eugène Sue, Balzac e George Sand) são os mesmos que, ao longo do século XIX, foram acusados de imoralidade por vários críticos europeus, entre eles Eugène Poitou, cujo livro é posterior aos ensaios do Padre Carapuceiro. O discurso de Lopes Gama sobre o romance comungava, pois, com ideias recorrentes até, pelo menos, meados do século XIX, emparelhando-se com o pensamento dos mais ferrenhos detratores do gênero.

A suposta imoralidade da prosa romanesca foi assunto também do texto que o advogado e político Aureliano Candido Tavares Bastos publicou na *Revista mensal do ensaio filosófico paulistano*, de junho a setembro de 1861. O artigo, intitulado “Anarquia moral”, deplorava o caráter reformador da literatura da época, propícia a fomentar desejos de revolta contra o poder. Criticava o excesso de paixão e sensualismo das produções literárias de então, bem como as teorias socialistas que nela residiriam. Trata-se, na verdade, de



uma tradução, intercalada por pequenas considerações próprias, de alguns capítulos de *Du roman et du théâtre contemporains et leur influence sur les mœurs*, de Poitou. Tavares Bastos chegou a mencionar o crítico francês, mas não informou que o estava traduzindo. O jovem deputado inseriu observações próprias a respeito do Brasil, o que soou um tanto deslocado, pois o texto de Poitou tratava de situações específicas da sociedade e da literatura francesas. Em seus comentários sobre a produção nacional, Tavares Bastos defendeu os romances de Teixeira e Sousa, Macedo e Alencar como as únicas “dissertações morais” produzidas no país:

Repete-se todos os dias, e torna-se lugar-comum, que a literatura é a expressão da sociedade. Mas aonde estão os poetas, literatos que praticam a enunciação do axioma: Será na Europa; no Brasil ainda não! [...] Quando tratarmos da literatura brasileira, ver-se-á que só temos os romances de Teixeira e Sousa, Macedo e Alencar: o mais — são invectivas, e não dissertações morais (BASTOS, 1861, *apud* CASTELLO, 1963, p. 135-144).

Um dos autores admirados por Tavares Bastos, aliás, demonstrou, em sua atuação crítica, séria observação do critério moral na avaliação de romances. Joaquim Manuel de Macedo, no período em que assinou, sob o pseudônimo “O Velho” a “Chronica da Quinzena” da *Revista Popular* (de novembro de 1861 à derradeira edição da revista, em dezembro de 1862), respeitado periódico da corte brasileira, teceu, por várias vezes, comentários acerca das produções romanescas da época, valendo-se do critério moral para avaliá-las, como se pode observar neste trecho em que recomendou às suas leitoras a tradução de *Por causa de um alfinete*, de J.T. de Saint-Germain, romance publicado no periódico *Museu Literário* (1862):

É de regra que todo alfinete possa, pelo menos, arranhar, mas Saint-Germain descobriu um meio de criar um alfinete, do qual a própria ponta é tão macia e suave, como a pétala de uma rosa.

É um romance delicado, cheio de encanto e pureza, de sentimento e de moralidade.

As senhoras, que apreciam tanto os alfinetes, e que em tão grande cópia os têm em seus toucadores, acharão neste que

lhes oferece o Museu Literário o mais precioso de quantos têm até agora encontrado.

É um alfinete que pode sem perigo entrar no toucador da senhora casada, da donzela e da menina, sem que, por mais voltas que lhes deem, nenhuma vez fira de leve tão delicadas criaturas (MACEDO, 1862, p. 123).

No mesmo periódico, um outro texto crítico pode ser considerado representativo da maior parte das apreciações de romances realizadas no Brasil até o início da segunda metade do século XIX. Trata-se da análise do hoje desconhecido romance *Emílio*, de João Antonio de Barros Junior, elaborada por Paulina Philadelphia. A crítica se pautou pela ideia de que a literatura era capaz de influenciar comportamentos. O romance em questão foi elogiado por seu enredo moral e pelos exemplos que suas personagens constituíam para os leitores, contribuindo para moralizá-los e educá-los:

Com o título *Emílio* acaba de publicar o Sr. João Antonio de Barros Junior um lindo romance que muito se recomenda não só pela beleza e elegância do seu estilo, como pela naturalidade das suas cenas, e grande moralidade do enredo. [...]

O protagonista do seu lindo romance é um belo tipo de honradez e nobres sentimentos, que deveria servir de modelo a esses moços, cujo retrato fiel de suas perversas almas acharam no papel do indigno Felipe. [...]

Apareçam muitos escritores como Sr. Barros Junior, e em breve veremos com prazer infiltrarem-se no coração da mocidade os nobres sentimentos que tanto brilham no seu *Emílio* (PHILADELPHIA, 1862, p. 40-41).

Paulina Philadelphia demonstrava ver a literatura como meio de educação dos jovens. E essa educação, ao que parece, consistia, para ela, em desenvolver sentimentos nobres e postura comportada. *Emílio* era bom à medida que poderia servir como guia de comportamento.

A mesma *Revista Popular* em que Macedo e Paulina Philadelphia louvaram a moralidade de romances relevantes na época, porém desconhecidos atualmente, reprovou, pelo mesmo critério moral, obras hoje canônicas. Em 1860, Nuno Alvares Pereira e Sousa, colaborador do periódico, criticou ferrenhamente *Madame Bovary*, acusando-o do que considerava a



pior das imoralidades, a que se ocultava “sob as formas caprichosas da poesia” (SOUSA, 1860, p. 84). A antiga metáfora do romance como um “veneno lento”, presente no discurso dos detratores do gênero romanesco desde, pelo menos, o século XVIII, foi empregada por Alvares para alertar sobre os perigos de *Madame Bovary* para as “almas incautas”:

Romances como esse são [...] venenos lentos, que deslizam imperceptivelmente pelo coração, e que pouco a pouco se inoculam nas almas incautas, que sempre se deixam levar pelo lado romântico ou da imaginação (SOUSA, 1860, p. 85).

Nuno Alvares contrapôs ao romance de Flaubert uma outra produção do gênero, *A filha da vizinha*; essa, sim, recomendável a todos, na visão do crítico. O romance, do brasileiro Antonio José Fernandes dos Reis, obteve relativo sucesso em seu tempo, e foi elogiado por Alvares em razão da moralidade:

A filha da vizinha [...] é um livro que sem prejuízo algum pode ser lido por todos. O seu autor compreendeu que as nossas famílias precisam de obras cheias de moralidade (SOUSA, 1860, p. 85).

No início da segunda metade do século, o romance passou a fazer parte também de histórias literárias. Em 1862, o cômego Fernandes Pinheiro publicou o seu *Curso Elementar de Literatura Nacional*, destinado às disciplinas ministradas por ele no Colégio Pedro II. No que concerne aos romances, a moral continuava a funcionar como um dos principais parâmetros para selecioná-los. Ao avaliar o romance de Theodoro d’Almeida, *Feliz independente do mundo e da fortuna*, Fernandes Pinheiro deixava claro que, a despeito das falhas apresentadas pela obra, sua leitura era preferível à dos romances estrangeiros, marcadamente franceses, presença constante no mercado livreiro nacional:

Quão preferível não é a leitura do *Feliz independente* à dessas miríadas de novelas com que quotidianamente invade o nosso mercado a livraria estrangeira, principalmente a francesa! Com afoiteza pode o mais escrupuloso pai de família confiar às suas

filhas o romance do P. Theodoro d'Almeida; poderá porém fazer com todos os de Dumas, Sand, Sue e outros? Não o cremos (PINHEIRO, 1862, p. 470).

Os romancistas condenados pelo cônego eram os mesmos reprovados por Poitou, Menche de Loisne, Lopes Gama, entre outros. Eram criticados por Fernandes Pinheiro por sua suposta influência negativa sobre os jovens, particularmente as moças. Entretanto, representavam os maiores sucessos do mercado livreiro de meados do século XIX, tanto no Brasil como em diversas partes do mundo. Fernandes Pinheiro, assim como outros homens de letras, reprovava-os sobretudo no quesito moralidade. Para ele, os representantes da prosa romanesca francesa cuja leitura ocasionaria benefícios eram Bernardin de Saint-Pierre, Madame de Staël e Chateaubriand.

Em sua segunda incursão pelo terreno das histórias literárias, *Resumo de Historia Litteraria*, de 1872, Fernandes Pinheiro viu com maus olhos a avidez do público brasileiro pelas traduções (e imitações) de romancistas franceses cuja obra seria de conteúdo pernicioso, como Dumas, Sue, Balzac, Soulié e Victor Hugo. O cônego voltava a elogiar Staël, Chateaubriand e Saint-Pierre pela moralidade de suas narrativas que, levando o leitor a identificar-se com os valores ali representados, conseguiam, segundo o religioso brasileiro, educar e moralizar.

A pesquisa realizada confirma, pois, que a moral funcionou como um dos critérios mais decisivos na avaliação de obras literárias, de modo especial romances, até, pelo menos, o início do último quartel do século XIX.

Considerações finais

Nas últimas décadas do Oitocentos, a importância da moral como parâmetro de avaliação da arte e da literatura começou a declinar, tanto no Brasil como na Europa, embora não tenha desaparecido.

Na França, as acusações judiciais contra obras literárias continuaram a ocorrer. Em 1880, Maupassant foi acusado de ofensa à moral pública e aos



bons costumes por “Une fille”, poema publicado pela *Revue moderne et naturaliste*. O processo contra Barbey d’Aurevilly ocorrera cinco anos antes. Em 1881, a lei de 1819 foi substituída, mas o delito de “ultraje aos bons costumes” foi mantido. Até o final do século, várias obras foram processadas sob essa acusação, a maioria, romances.

Entre os literatos, no entanto, novos critérios ganhavam destaque. A crítica literária de fins do Oitocentos começa a valorizar as obras pela sua elaboração artística. No limiar do século XX, a moral não desaparecera por completo da cena literária, mas já não era o critério determinante que fora décadas antes. Hoje, parece impensável a qualquer estudante de literatura julgar o valor de obra por sua capacidade de moralizar. Todavia, conhecer o peso que teve a moral como padrão de composição e avaliação literária até meados do Oitocentos permite compreender melhor a história da literatura à medida que lança luz sobre as maneiras de ler, de produzir e de conceber a arte literária no século XIX.

Referências

ABREU, M. **Os caminhos dos livros**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

AMADIEU, J. B. La mise à l’Index de Madame Bovary. **Revue Flaubert**, Rouen, n. 8, 2008. Disponível em: <flaubert.univ-rouen.fr> Acesso em: 12 nov. 2010.

AUGUSTI, V. O caráter pedagógico-moral do romance moderno. **Caderno Cedes**, São Paulo, n. 51, p. 89-102, 2000.

CANDIDO, A. A timidez do romance. *In*: **A educação pela noite e outros ensaios**. Rio de Janeiro: ouro sobre azul, 2006.

CASTELLO, J. A. **Textos que interessam à história do Romantismo**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1963.

GAMA, M. S. L. O mal considerável da maior parte dos romances. *In*: **Correio mercantil**, 12 fev. 1859, p. 2.

LECLERC, Y. **Crimes écrits**. Paris: Plon, 1991.



MACEDO, J. M. Chronica da quinzena. **Revista popular**, Rio de Janeiro, t. XVI, p. 123, 1862.

MAYAUD, J. L. **1848**: Actes du Colloque international du cent-cinquantenaire. Paris: Éditions Créaphis, 2002.

MENCHE DE LOISNE, C. **Influence de la littérature française de 1830 à 1850 sur l'esprit public et les moeurs**. Paris : Garnier Frères Libraires Éditeurs, 1859.

MOLÈNES, G. Le romans nouveaux. **Revue des deux mondes**, Paris, t. 29, p. 969-990, 1842.

NETTEMENT, A. **Études critiques sur le feuilleton-roman**. Paris: Perrodil, 1845.

NETTEMENT, A. **Études critiques sur le feuilleton-roman**. 2^e série. Paris: Perrodil, 1847.

OEHLER, D. **O velho mundo desce aos infernos**. Trad. José Marcos Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PHILADELPHIA, P. Mais um bom romance. *In*: **Revista popular**, Rio de Janeiro, t. XIII, p. 40-41, 1862.

PINHEIRO, J. C. Bibliographia. Vicentina, romance do Sr. Dr. J. M. de Macedo. *In*: **Guanabara**, Rio de Janeiro, t. III, p. 17, 1855.

PINHEIRO, J. C. **Curso elementar de litteratura nacional**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1862.

PINHEIRO, J. C. **Resumo de historia litteraria**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872.

POITOU, E. **Du roman et du théâtre contemporains et de leur influence sur les moeurs**. Paris: Auguste Duran Libraire Éditeur; Angers: Cosnier et Laghèse, 1857.

RONDELET, A. De la moralité en littérature et en art. **Revue contemporaine**, Paris, t. 32, v. 67, 1863.

SILVA, H. C. **Prelúdio do romance brasileiro**: Teixeira e Sousa e as primeiras narrativas ficcionais. 2009. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2009.



SOUSA, N. A. P. A filha da vizinha. Romance do Sr. Antonio José Fernandes dos Reis. **Revista popular**, Rio de Janeiro, t. VIII, p. 84-89, 1860.

Recebido em 30/05/2013.

Aceito em 15/07/2013.

Andréa Correa Paraiso Müller

Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora adjunta do Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas (área de Literatura Francesa) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

E-mail: andrea.paraiso@uol.com.br